a Página da Educação





Flexibilizações

Este texto "repentista" (como costuma dizer o Dr. Gabriel Alves) funciona como válvula de escape de uma dupla perturbação. A primeira foi-me induzida num recente debate sobre o projecto de "flexibilização curricular". A segunda, pelo choque sofrido quando lia recente edição do jornal "O Público".

Quedar-me-ei pelo comentário ao debate, para não tornar o texto demasiado extenso e deixarei para a próxima crónica uma resposta ao senhor José Mattoso.

Mea culpa

No decurso do citado debate, expus algumas dúvidas e preocupações, nomeadamente, sobre a necessidade de aprofundar o conceito de "flexibilização curricular". Reconheço não o ter feito da melhor forma. Aqui estou, qual penitente, a redimir-me do pecado... ou, porventura, a multiplicá-lo, ainda que fraternalmente.

Felicito os colegas que fizeram a apresentação das experiências. Admiro a coragem de quem expõe publicamente aquilo que faz e em que acredita. Sei o quanto custa ser "protagonista de projectos de mudança" e, para além e apesar do conteúdo deste texto, manifesto a minha total solidariedade e disponibilidade para colaborar, acaso os meus préstimos sirvam para algo.

Creio que esses professores serão capazes de entender a crítica como uma ajuda para desocultar outras perspectivas. Decidi-me, pois, por retomar o assunto porque os julgo merecedores deste acréscimo de comentário, ainda que tivesse hesitado em rabiscar estas linhas que correm o risco de serem mal interpretadas. A sua única intenção será a de procurar evitar que a generosidade dos colegas que participam do projecto se converta, mais uma vez, em desilusão e em mais uma oportunidade perdida para a escola. E, se me permitem a imodéstia, terá o mérito de expor por escrito algumas críticas que fui ouvindo aqui e ali e que, por serem demasiado rasteiras, não chegam até àqueles que delas mais beneficiariam.

Que se há-de fazer, se eu tenho este péssimo hábito de escrever o que outros vão dizendo em sacristia?

Somas e subtracções

Causou-me grande espanto e apreensão ver uma proposta de "flexibilização" reduzida a um singelo jogo de somas e subtracções de tempos lectivos. Ao cabo da segunda ou da terceira comunicação, apercebi-me de que a ênfase na "organização" se referia, estritamente à fusão de tempos de cinquenta minutos num tempo só, ou a outras do mesmo género. Não será a "flexibilização" muito mais do que simples alterações na gestão de tempos, dos espaços, ou no elenco de conteúdos?

Receio ser forçado a concluir que se insiste nos mitos do "aluno médio" ou da "turma homogénea". Senão, a que aluno, em particular se destinam os cinquenta, os noventa, ou mais minutos? A qual dos alunos (único, irrepetível, dotado de ritmo próprio, de determinado estilo de inteligência, de interesses e potencialidades específicas, etc, etc.) e em que área ou disciplina? A que aluno concreto se dirige a flexibilização dos tempos?

Poderão argumentar que é apenas um primeiro passo, ou que ainda é cedo para extrair conclusões. De acordo! Mas resta saber se o tal "passo" é dado para a frente e em que direcção. Não nos esqueçamos de que foi a racionalidade técnica que conduziu à cristalização outras potenciais medidas inovadoras e transformou anteriores projectos do M. E. em caricaturas. Que nos fique como aviso.

O voluntarismo das escolas deve ser realçado. Mas o entusiasmo, por si só, não é suficiente. Um projecto deste tipo pressupõe auto-iniciativa que não se pode restringir à adesão a propostas ministeriais. As propostas, por mais meritórias que sejam (e creio ser o caso desta) terão de ser reinterpretadas, permanentemente reflectidas, avaliadas. Que me perdoem os colegas participantes no projecto, mas, talvez por distracção ou dificuldade de entendimento, as diferentes apresentações parecerem-me réplicas umas das outras. Não lhes descobri a identidade.

Foi esse hábito de mera interpretação técnica de directrizes, em detrimento da iniciativa das escolas, a mesma que condenou ao esquecimento muitas e úteis iniciativas, foi essa adesão linear a matrizes importadas que transformou os recentes regulamento internos em clones sem nexo. A autonomia é também condição de flexibilização curricular, para que os professores ajam mais como produtores que como consumidoras de currículo. Refiro-me à autonomia pedagógica, mais especificamente, pois, sem esta, as outras dimensões farão pouco sentido.

"Mais Educação Física, menos EVT"

No decurso do debate, alguém perguntou **porque** se tinha reduzido tempos em EVT e aumentado à Educação Física. Ninguém se dignou responder. E haveria resposta?

A reflexão esteve sempre deslocada. A tónica não deveria ser posta na extensão dos programas, mas no modo

como se gere um currículo. A "insuficiência das aprendizagens" deverá ser atribuída mais às opções metodológicas que à dimensão de um programa. É importante o debate em torno dos programas, mas, tão importante como a definição de uma matriz de aprendizagens, é o modo como essas aprendizagens são desenvolvidas.

A mentalidade curricular tarda em ocupar o espaço da especialização disciplinar no 2º ciclo das "áreas disciplinares" virtuais. Se a compartimentação disciplinar contraria a emergência de verdadeiros projectos educativos, também a neurótica preocupação de dar o programa faz prevalecer a lógica do ensino em detrimento da lógica da aprendizagem e produz uma "caricatura" de flexibilização curricular quando a restringe a um mero jogo de somas a subtracções de tempos lectivos, de recolocação ou supressão de conteúdos, do maior ou menor peso desta ou daquela disciplina.

Por outro lado, não vi aproveitar-se a oportunidade criada para resolver o paradoxo que consiste em lamentar o escasso tempo disponível para "dar o programa" enquanto se desperdiça uma grande fatia desse tempo em testes, nos exames e no adestramento dos alunos em provas-modelo. Por que não se faz uma utilização útil desse tempo na prática de uma avaliação formativa (que ainda não logrou sair do papel da lei) que liberte o tempo necessário para... dar o programa?

Será ainda pertinente que nos interroguemos (a tempo!) sobre a possibilidade de o "estudo acompanhado", a "direcção de turma" e a "área de projecto" se poderem constituir em alternativas de desresponsabilização curricular. Poderemos deixar cair a exigência da diversificação dos processos de ensino e aprendizagem? Poderemos aceitar, olimpicamente, o confinar da formação pessoal e social dos alunos e da sua educação para a cidadania a cinquenta minutos semanais? Poderemos encarar como "fatalismo" o anunciado fracasso da área-escola?

Vamos mudar para, no essencial, tudo ficar como está, quando é toda a cultura de escola que urge mudar, quando é a cultura pessoal e profissional dos professores que é preciso re-elaborar?

Será preciso saber se estaremos a lançar andaimes onde assente um novo figurino de práticas de desenvolvimento curricular, ou se estaremos apenas a pôr remendos, a insistir em velhos vícios e rotinas.

José Pacheco

Escola da Ponte / Vila das Aves